

Um 2021 de novos sonhos e lutas!

2020 foi um ano atípico. No campo da educação, em particular, foram inúmeros os desafios trazidos à luta pela melhoria da educação no País. Sabendo que muitos deles, além de outros novos, deverão ainda ser enfrentados ao longo do próximo ano, a *Retratos da Escola* considerou importante começar a última edição de 2020 problematizando o cenário que se avizinha e destacando as expectativas em relação a ele. A entrevista *Rumo a 2021, um novo ano de lutas!*, seção que abre este número é resultado dessa aspiração.

Organizada pela professora Marcia Angela da Silva Aguiar, docente da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Comitê Editorial da *Retratos da Escola*, a entrevista resulta de uma consulta realizada junto a alguns presidentes e presidentas de entidades educacionais nacionais a quem se fez o seguinte questionamento: *quais são, para o ano de 2021, os principais objetivos a serem alcançados e desafios a serem vencidos pela entidade que você preside?* Os resultados da manifestação de três mandatários de entidades, Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Nalú Farenzena, presidenta da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); e Lucília Augusta Lino, presidenta da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), são apresentados nesta seção.

Para além das aspirações acerca do futuro, como todo bom balanço de ano, nos pareceu igualmente pertinente refletir sobre os processos em desenvolvimento ao longo de 2020. Tal como na organização da entrevista, para esta empreitada contamos também com a colaboração da professora Marcia Angela, responsável pela organização da seção temática *Políticas de educação em questão: retrocessos, desafios e perspectivas*. O objetivo foi reunir um conjunto de artigos para analisar o cenário político da educação nos últimos tempos, problematizando as ações governamentais que resultaram em perda de direitos, em desmonte de instâncias necessárias ao desenvolvimento de políticas educacionais comprometidas com a redução das desigualdades socioeducacionais e que refletissem a ausência de empenho do atual Governo em alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

As reflexões dos autores e autoras que compõem a seção trazem relevantes contribuições à nossa compreensão acerca dos rumos das políticas educacionais no (des)governo

atual, seja em relação ao acesso e permanência dos estudantes na educação básica e superior, à qualidade da educação e às questões do federalismo, aos novos processos de gestão e privatização da educação, aos retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, às políticas de financiamento da educação, ao planejamento educacional e à avaliação, ou, ainda, ao desenvolvimento dessas políticas nos sistemas de ensino no período de excepcionalidade devido à pandemia ocasionada pelo Coronavírus.

O primeiro de seus cinco artigos, *Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios*, de autoria de Janete Maria Lins de Azevedo e João Ferreira de Oliveira, foca-se no contexto de aprovação e de execução dos planos de educação. Nele, são problematizados conceitos fundamentais e apresentada a arquitetura para monitorar e avaliar os planos de educação. Evidenciando o atual processo de desconstrução das políticas educacionais democráticas, assim como das proposições, ações e políticas hiperneoliberais e conservadoras a partir de 2016, seus autores destacam os desafios atuais para a retomada de um projeto educacional democrático e inclusivo.

Na sequência, o artigo de Nelson Cardoso Amaral, *Future-se: uma obsessão governamental contra a autonomia universitária?*, apresenta uma análise do Programa Universidades e Institutos Empreendedoras e Inovadoras, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em julho de 2020. A análise é realizada sob ótica dos artigos 207 e 211 da Constituição Federal de 1988 e do Artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. O intuito de Amaral foi o de compreender a origem das ações governamentais que objetivam destruir uma das maiores conquistas históricas da educação brasileira: a autonomia universitária.

No terceiro artigo da seção, *Mundo do trabalho, políticas educacionais e o direito à educação: o Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais*, Simone Aparecida Milliorin e Monica Ribeiro da Silva analisam a atuação dos institutos federais e do ensino médio integrado como política educacional em favor da ampliação do direito à educação. Para tanto, as autoras tomam como objeto o Censo Escolar e o Relatório de Taxas de Rendimento dos campi de 38 institutos federais na série histórica de 2007 a 2017. Segundo as autoras, os resultados atestam a expansão e a interiorização, o aumento da oferta e o atendimento de populações antes não atendidas como fatores determinantes da democratização e efetivação do direito à educação, cenário este que deve ser problematizado diante da atual reforma do ensino médio.

Já em *Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais*, Theresa Adrião e Cassia Alessandra Domiciano analisam a adoção de ferramentas digitais por sistemas estaduais públicos de ensino, compreendendo tal ação como uma forma de privatização da gestão da educação básica. A partir dos dados da pesquisa *Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública* e de consultas ao site Educação e Coronavírus, as autoras constataram que a presença da plataforma *Google For Education*

nas redes estaduais de ensino teve um crescimento expressivo, mostrando a atual capilaridade desta ferramenta nas redes educacionais.

A reflexão de Marília Gouveia de Miranda, *Em que se sustenta a educação dos terraplanistas e criacionistas?*, é o artigo que encerra a seção temática. O objetivo da autora foi discutir as implicações do negacionismo científico para a educação escolar. Partindo do pressuposto de que tanto o neoconservadorismo quanto o negacionismo científico seriam expressões decorrentes de contradições geradas pelo processo de neoliberalização, Miranda nos provoca a pensar o que fazer quando o aparato produtivo acionado pela ciência e tecnologia produz, contraditoriamente, a negação da própria ciência.

Quando o primeiro caso confirmado de Covid-19 no País foi comunicado em 26 de fevereiro de 2020, os brasileiros e brasileiras não eram capazes de imaginar como seria sua experiência frente a uma doença que, especulava-se, poderia se transformar em uma pandemia de proporções mundiais. Passados cerca de dez meses desde a chegada do patógeno ao Brasil, o país acumula mais de oito milhões de casos confirmados da doença, já tendo, lamentavelmente, ultrapassado a marca dos 200 mil mortos.

Considerando o cenário que se projetou ao longo do último ano e as necessidades que dele surgiram, a *Retratos da Escola* entendeu ser oportuna a publicação de um dossiê que refletisse acerca das formas pelas quais a pandemia incidiu na educação **básica brasileira**, sobretudo na experiência laboral de seus professores e professoras que, de uma hora para outra, viram suas práticas e rotinas serem completamente alteradas. Afinal, a grave situação sanitária decorrente da pandemia provocou efeitos nas distintas esferas da vida e do trabalho, atingindo tanto crianças e jovens como adultos e idosos. Nos sistemas escolares, por exemplo, alguns de seus efeitos imediatos foram a necessidade de suspensão das atividades presenciais – em prol da estratégia de isolamento e distanciamento social –, bem como a adoção do chamado ensino remoto. Mudanças que impuseram, tanto para estudantes quanto para educadores, a necessidade de lidar com novos desafios.

Intitulado *Trabalho docente em tempos de pandemia*, o Dossiê desta edição da *Retratos da Escola* foi organizado pelas professoras Dalila Andrade Oliveira, Lívia Maria Fraga Vieira e Adriana Araújo Pereira Borges, docentes da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadoras do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFGM). Todos os artigos que o compõem se dedicaram a analisar e discutir os resultados obtidos pela pesquisa *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*. Tais resultados foram compilados em uma base de dados referencial na qual estão reunidas as respostas de 15.600 docentes das diferentes etapas e modalidades da educação básica que participaram da pesquisa. Antes de prosseguir à apresentação do Dossiê, cabe entender um pouco mais acerca de tal estudo, cujo Relatório Técnico, veiculado originalmente em meados de 2020, está sendo republicado em *Documentos*, seção que, nesta edição, antecede o Dossiê.

Realizada no período de 3 a 30 de junho de 2020 pelo Gestrado/UFMG, com colaboração da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o objetivo da pesquisa *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia* foi conhecer o contexto no qual o trabalho docente vinha sendo desempenhado durante a pandemia, a fim de fornecer subsídios para o diálogo necessário sobre a oferta educativa nessas condições e no retorno às atividades presenciais. Além disso, a pesquisa foi planejada e executada para conhecer a nova forma de atuação dos professores e professoras da educação básica, verificando como eles estão atendendo às exigências para a realização das atividades de ensino não presenciais. Para além das complexas questões pedagógicas relativas ao ensino remoto, a pesquisa buscou ainda identificar as adaptações à oferta, a disponibilidade de recursos tecnológicos, a sobrecarga de trabalho e a efetividade das aulas a distância.

Sendo assim, ao tomar como objeto de análise as respostas de professores e professoras, o que se pretende com este Dossiê é apreender as novas realidades às quais os profissionais da educação estão sujeitos; identificar como eles e elas têm lidado com a nova situação do cotidiano e do trabalho docente, que agora, na maior parte dos casos, vem ocorrendo de forma remota e no ambiente doméstico; entender como as necessidades impostas os têm compelido a buscar novos conhecimentos e a traçar novas estratégias a fim de garantir o êxito da tarefa pedagógica. Ao fazer isso, nutrimos a esperança de que tais reflexões possam contribuir à elaboração de estratégias e medidas que garantam o bem-estar destes trabalhadores e trabalhadoras e fomentem políticas públicas de enfrentamento às assimetrias e desigualdades que o contexto da pandemia destacou ainda mais.

O Dossiê inicia com o artigo *Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira*. De autoria de Dalila Andrade Oliveira e Edmilson Antonio Pereira Junior, neste primeiro texto, são apresentados os principais aspectos operacionais e metodológicos da pesquisa sobre o trabalho docente na educação básica durante a pandemia do coronavírus, realizada pela Gestrado. São expostos, do mesmo modo, os principais dados e informações coletadas que, dentre outros aspectos, nos permitem compreender questões como o suporte institucional oferecido pelas redes de ensino; os recursos tecnológicos de que professores/as e estudantes dispõem para desenvolver suas atividades; a carga de trabalho dos e das docentes, bem como a participação dos e das estudantes nas atividades. O texto destaca ainda a significativa variação de condições entre redes públicas de ensino e a relativa sobrecarga de trabalho dos professores e professoras.

A seguir, Alexandre William Barbosa Duarte e Álvaro Moreira Hypolito, por meio do artigo *Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia*, discutem os novos desafios que a pandemia da Covid-19 colocou à tarefa educativa, sobretudo na adoção do ensino remoto. Os autores exploram os resultados obtidos pela pesquisa da Gestrado/UFMG de modo a perceber os limites materiais do trabalho

docente e expor a fragilidade dos sistemas de ensino que tentam responder com eficiência a uma situação emergencial.

Já em *Trabalho docente, feminização e pandemia*, Sâmara Carla Lopes Guerra de Araujo e Silvia Cristina Yannoulas também buscam compreender os efeitos da Covid19 no trabalho docente realizado na educação básica. Como o próprio título deixa transparecer, as autoras tiveram em vista a especificidade de gênero nas experiências laborais. Percebendo a pandemia como um contexto no qual as mulheres foram desafiadas a se reinventar, as autoras analisam os dados produzidos pela pesquisa do Gestrado/UFMG, recuperando conceitos caros aos estudos de gênero e evidenciando a agudização de problemas já existentes antes da instauração do vírus.

Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente é o título do artigo escrito por Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves e Jane Mary de Medeiros Guimarães. Ao analisarem os dados da pesquisa da Gestrado/UFMG, o autor e autora buscam apresentar os sentimentos dos professores e professoras em meio à pandemia; bem como compreender a forma pela qual a mudança abrupta das condições do trabalho docente, a falta de formação, apoio e condições básicas para o desenvolvimento do trabalho resultaram em uma sobrecarga laboral que vem contribuindo à precarização da saúde mental dos professores e professoras.

Por sua vez, o artigo *Docência na educação infantil durante a pandemia: percepções de professoras e professores*, de autoria de Lívia Maria Fraga Vieira e Bruno Tovar Falciano, apresenta e comenta as respostas dos/as docentes da educação infantil à pesquisa da Gestrado/UFMG. Vieira e Falciano buscaram conhecer os efeitos gerados pelo isolamento social e o uso intensivo de tecnologias digitais sobre as condições de vida e trabalho dos e das docentes, bem como apresentar breve perfil da oferta institucional e profissional da educação infantil no Brasil. O artigo traz ainda uma análise do comportamento do poder público municipal quanto às medidas em relação à pandemia, o que permitiu a seus autores verificar que na educação infantil os/as docentes enfrentaram ainda maiores dificuldades que em outras etapas da educação básica em relação a diferentes aspectos do trabalho remoto.

O artigo de Elizeu Clementino de Souza e Michael Daian Pacheco Ramos, *Trabalho docente em escolas rurais: pesquisa e diálogos em tempos de pandemia*, visa compreender os efeitos das medidas de isolamento social sobre o trabalho dos professores e professoras da educação do campo. A reflexão teve como base as respostas dos 892 docentes de escolas rurais que participaram da pesquisa do Gestrado/UFMG. De acordo com os autores, os resultados apontam que o contexto da pandemia ressaltou as desigualdades sociais do País, em particular nos espaços rurais. Além disso, a pequena experiência dos/as profissionais com o ensino remoto, a ausência de formação específica, a falta de recursos tecnológicos e a dificuldade em manuseá-los parecem reafirmar ainda mais a desigualdade.

Josiane Pereira Torres e Adriana Araújo Pereira Borges, por sua vez, contribuíram com o artigo *Educação especial e a Covid-19: o exercício da docência via atividades remotas*. O objetivo das autoras foi apresentar um panorama da atuação de professores e professoras de educação especial frente às atividades remotas durante o período da pandemia. Os resultados obtidos apontam os desafios da adoção de atividades nesse formato, principalmente na utilização dos recursos tecnológicos. Enquanto o trabalho docente se intensificou, a participação dos estudantes diminuiu, evidenciando o impacto negativo deste momento na educação de alunos com deficiência.

Em *Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia*, Luiz Fernandes Dourado e Romilson Martins Siqueira discutem os dados da pesquisa do Gestrado/UFMG de modo a dar centralidade ao tema da regulação e gerenciamento da formação e atuação dos professores, dando ênfase à perda da autonomia e autoria docente e institucional frente a esses processos. Chamam atenção ainda à privatização e financeirização da educação brasileira, agravadas durante a crise sanitária; e ao atual cenário da formação de professores/as que, segundo eles, encontra-se ancorada num jogo de forças e interesses divergentes, instigando-nos a pensar sobre o lugar das instituições e dos professores e professoras nos processos de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) durante a pandemia.

Amor, coragem! Dilemas e possibilidades na relação com estudantes em tempos de pandemia, escrito por Shirlei Rezende Sales e Gislene Rangel Evangelista é o artigo que encerra o dossiê. Ao analisar os dados produzidos pela pesquisa do Gestrado/UFMG referentes à relação entre docentes e discentes, e tendo em mente que um dos desafios impostos pela nova realidade escolar foi o comprometimento desta relação, o que as autoras intentaram foi demonstrar como, mesmo diante das adversidades, existem caminhos possíveis para a construção de práticas curriculares adaptadas às novas exigências.

Nesta edição, são três os artigos que compõem o *Espaço Aberto*. No primeiro deles, *As narrativas de jovens estudantes: travessia, acolhimento, simbolismo*, de autoria de Iduina Mont'Alverne Chaves, Márcio Móri Marques e Gilmar Oliveira Silva, a análise se concentrou em demonstrar como a pesquisa narrativa pode promover o autoconhecimento e estimular a reflexão em estudantes universitários. Através da escuta sensível que se manifesta por meio das histórias contadas por estudantes, os autores percebem esta metodologia como promotora de acolhimento e compreensão do universo simbólico do alunato, auxiliando no estabelecimento de relações interpessoais e abrindo possibilidades ao diálogo entre a experiência viva, a formação e o desenvolvimento pessoal.

Já em *Educação infantil em Belém: os tempos e espaços negados*, Andréa C. Cunha Matos, empregando levantamentos estatísticos e dados coletados por meio de entrevistas, apresenta uma análise sobre a oferta da educação infantil na capital paraense, abordando as ações do poder público frente à necessidade de sua expansão. Como resultado final destaca a ausência de políticas públicas que respeitem os direitos de bebês e crianças,

realidade esta que se materializa frente a insuficiência e precariedade de equipamentos públicos, superlotação de salas, desvalorização profissional e negação de tempos e espaços adequados à infância.

Em *O Pibid como espaço de formação contínua: experiências, reflexões e perspectivas*, Marinete da Frota Figueredo e Marlon Messias Santana Cruz refletem, com base em uma experiência vivenciada na Universidade do Estado da Bahia, acerca dos espaços de formação contínua no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Para Figueiredo e Cruz, os momentos de reflexão e de estudos viabilizados pelo programa foram significativos para a formação dos/as profissionais por fomentarem a análise crítica e reflexiva acerca do campo de intervenção e suas práticas pedagógicas.

O *Relato de Experiência* desta edição é de autoria de Daniel Giordani Vasques e Victor Hugo Nedel Oliveira. Em *O “fazer ciência” na escola: relatos de uma experiência com o ensino fundamental*, os autores abordam o tema da iniciação científica em âmbito escolar e discutem sua experiência com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao analisarem as etapas e o processo de construção das pesquisas desenvolvidas em sala de aula, os autores destacam a potencialidade de tal metodologia para a construção do protagonismo de alunos e alunas frente as relações de ensino-aprendizagem.

Por fim, contamos com a resenha *O desafio entre teoria e prática na formação de professores*, de autoria da professora Menga Lüdke, pesquisadora 1A do CNPq, da obra organizada por Adriana Mohr e Hamilton de G. Wielewcki, *Prática como componente curricular: que novidade é essa 15 anos depois?* Publicado em 2017, o livro oferece, como a própria resenhista destaca, um conjunto de textos dedicados a um dos temas centrais da educação brasileira, a formação de professores e professoras da educação básica.

Antes de encerrar este editorial, gostaríamos de agradecer a todos e todas que ao longo de 2020 colaboraram de alguma forma para o crescimento desta publicação.

Obrigado às pessoas que nos remeteram seus artigos, relatos de experiência e resenhas; que organizaram os dossiês; que gentilmente aceitaram nossos convites para atuar como pareceristas; que participaram do nosso conselho editorial; que atuaram como responsáveis técnicos na produção desta revista: a qualidade daquilo que publicamos é, sem dúvida, reflexo do trabalho primoroso desempenhado por cada um e cada uma de vocês.

Muito obrigado também a você, que nos leu, nos citou, nos divulgou, ou seja, que se juntou a nossa luta e que, assim como nós, acreditou ser possível a construção de um Brasil no qual todos e todas tenham direito à educação pública e de qualidade.

Façamos, agora, um 2021 de novos sonhos e lutas!

Boa leitura.

Comitê Editorial